



EDIÇÃO 206 MARÇO 2019

DECISÃO

Construção de Fóruns
valoriza interior

PÁGINA 3

Magistradas avançam
na gestão do Judiciário

PÁGINAS 10 A 12

Presidente requer
pagamento de férias

PÁGINA 8

Apac será elevada à
política pública

PÁGINA 14

Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160
Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram [\[31\] 99881-4367](https://www.whatsapp.com/channel/00291998814367)



Associações unidas contra perdas da nova Previdência

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, uniu-se às Associações de magistrados de todo o País, em 12 de março, em Brasília, para dar continuidade às ações contra perdas na reforma da Previdência. No próximo dia 25, a Amagis promoverá, em parceria com a AMMP, debate sobre o tema com o especialista Jorge Franklin.
PÁGINAS 4 E 5



AMAGIS SAÚDE OFERECE MAIS DE 900
HOSPITAIS AOS ASSOCIADOS PÁGINA 28

QUEREMOS UMA PREVIDÊNCIA QUE RESPEITE NOSSOS DIREITOS

POR ALBERTO DINIZ*

“Estamos atentos e vigilantes, e convocamos todos ao desafio para que tenhamos um sistema justo e que respeite os direitos conquistados”

De início e de imediato, identificamos graves problemas e desafios que teremos que enfrentar ao longo da tramitação da reforma da Previdência no Congresso Nacional. Por isso, abrimos, no dia 12 deste mês, em Brasília, uma forte e determinada campanha, que passa por exame rigoroso da proposta e de alternativas em favor de um sistema previdenciário equilibrado, humano, que preserve nossa dignidade e garanta direitos constitucionais. Lutaremos com todas nossas forças na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para barrar, democraticamente, mudanças injustas e inconstitucionais que afetem gravemente a Magistratura nacional e as carreiras jurídicas.

O conjunto de alterações impõe idades mínimas progressivas, regras de cálculo de benefício que reduzem os seus valores, aumento de requisitos para ter acesso à aposentadoria, reduções em valores de pensões, limitações a acumulações de benefícios, redução de benefícios assis-

tenciais e restrições ainda maiores ao seu acesso. E mais, propõe elevada taxação dos ativos, aposentados e pensionistas, especialmente do serviço público, sob o argumento de fazer justiça fiscal.

As alíquotas fixadas, de acordo com a faixa de renda, são exorbitantes, podendo chegar a 22% e que, somadas ao imposto de renda, ultrapassará 40%. Contra isso, lutaremos no campo legislativo e, caso necessário, até no jurídico. É inaceitável que a proposta oficial busque equilibrar as contas da previdência transformando servidores públicos em vilões e privilegiados apenas porque recebem benefícios para os quais contribuíram na carreira e ao longo dela.

Ao ignorar princípios do direito tributário e da ordem social, a proposta abre caminho para o desmonte da seguridade social e da previdência social em favor da privatização, por meio da implementação de regime de capitalização.

Estamos atentos e vigilantes, e convocamos todos ao desafio para que tenhamos um sistema justo e que respeite os direitos conquistados. No dia 25 deste mês, faremos palestra com o especialista em direito previdenciário e juiz aposentado, Jorge Franklin Alves Felipe, na Amagis, para avaliar os impactos de todos os pontos da reforma. Contamos com a presença dos colegas para participarem, se informando e trazendo demandas para interagir conosco. ●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Valorização da classe avança no interior **PÁG 03**
- Amagis intensifica ações contra perdas na Previdência **PÁG 04**
- Parceria é fortalecida **PÁG 06**
- Amagis solicita ampliação de assessores nos Juizados **PÁG 07**
- TJ estuda pagamento de férias **PÁG 08**
- Magistradas ganham espaço **PÁG 10**
- Metodologia Apac será política pública no País **PÁG 14**
- Pesquisa traça perfil da Magistratura Brasileira **PÁG 16**
- Desembargadores debatem acúmulo de processos suspensos **PÁG 18**
- Encontro propõe melhorias nos serviços eleitorais **PÁG 19**

- Ubatuba terá prova de ciclismo em abril **PÁG 20**
- Magistrados celebram Carnaval na Amagis **PÁG 21**
- Princípios pamprocessuais ou metaprocessuais **PÁG 23**
- Veja o que é essencial antes de investir em fundos **PÁG 25**

+SAÚDE!

- Conselho realiza primeira reunião administrativa **PÁG 26**
- Presidente recomenda o uso do check-up **PÁG 28**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci
Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto
Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Valorização da classe avança no interior

Construção de novos fóruns resultará em melhores condições de trabalho

DIVULGAÇÃO



Presidentes da Amagis e do TJ com magistrados e prefeito no local onde será construído o fórum de Diamantina

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, em 7 e 8 de fevereiro, respectivamente, da apresentação do projeto de construção dos novos fóruns das Comarcas de Varginha e Três Corações, ambas no Sul de Minas. No dia 15 do mesmo mês, os presidentes da Amagis e do Tribunal visitaram as obras do futuro fórum da Comarca de Diamantina (Vale do Jequitinhonha), que deverá ser inaugurado no próximo ano.

A edificação dos novos prédios faz parte do Plano de Aceleração de Obras do Tribunal, pelo qual a construção de 36 novos fóruns será concluída, ou iniciada, ainda na gestão do presidente Nelson Missias, e outros 55 projetos estarão prontos para ser iniciados na próxima gestão.

Segundo o presidente da Amagis, a construção dos fóruns representa a valorização da primeira instância, pois os novos

prédios oferecerão melhores condições de trabalho e de segurança aos magistrados e servidores, além de todos aqueles que buscam a Justiça. “Fruto de parceria com a Amagis, a gestão do presidente Nelson Missias tem dado a necessária prioridade à 1ª instância, especialmente às comarcas do interior, em favor de melhores condições de trabalho e de segurança dos fóruns e de uma justiça cidadã”, afirmou.

Nas solenidades de apresentação dos projetos, o presidente do TJMG reforçou que, além de oferecer condições de trabalho adequadas aos magistrados, servidores e operadores do direito, a construção de novos fóruns é também um meio de melhorar o serviço oferecido aos cidadãos. Em Diamantina, Nelson Missias recebeu o título de cidadão honorário do município. ●

JOÃO PAULO/TJMG



ERIC BEZERRA/TJMG



Cerimônia de apresentação do projeto de construção dos fóruns de Três Corações e Varginha

Amagis intensifica ações contra perdas na Previdência

Associação promoverá debate sobre o tema em 25 de março

IZABELA MACHADO



Presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, retoma a atuação em Brasília

Com a reforma da Previdência no centro dos debates no Congresso Nacional, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, tem intensificado sua atuação, em Minas e em Brasília, para, junto com Associações de classe que representam carreiras jurídicas de todo o País, tentar impedir mudanças no regime previdenciário que possam ferir direitos constitucionais da Magistratura.

Apresentada no dia 20 de fevereiro, a reforma impõe idades mínimas progressivas, regras de cálculo de benefício que reduzem os seus valores, aumento de requisitos para ter acesso à aposentadoria, reduções em valores de pensões, limitações a acumulações de benefícios, redução de benefícios assistenciais e restrições ainda maiores ao seu acesso. E mais, propõe elevada taxação dos ativos, aposentados e pensionistas.

Como desdobramento das iniciativas tomadas logo no início deste ano, a Amagis e Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveram, em 11 de março, no auditório da AMMP, palestra do professor Marcelo Barroso Lima Brito de Campos, doutor em direito público e mestre administração pública, sobre a reforma da Previdência.

No dia seguinte, o presidente Alberto Diniz foi a Brasília, onde participou de nova reunião organizada pela AMB com Associações de magistrados de todo o País, na qual foram discutidos o projeto de reforma da Previdência e a interlocução com os parlamentares para impedir perdas para a classe com as mudanças propostas pelo Governo Federal.

Para o presidente da Amagis, a união das Associações de classe, não só as da Magistratura, mas também daquelas que representam as carreiras jurídicas no País, é fundamental para que se possa fortalecer a mobilização e demonstrar aos parlamentares, seja em Brasília ou nos diferentes estados da Federação brasileira, a insatisfação com alguns pontos da reforma da Previdência.

Foi com o intuito de fortalecer essa parceria institucional, que a Amagis e AMMP realizaram o debate em 11 de março, e irão promover, no próximo dia 25, a palestra do juiz aposentado, Jorge Franklin, especialista em direito previdenciário, com objetivo de esclarecer dúvidas dos associa-

dos e apontar os impactos negativos.

Entre os pontos que serão abordados pelo magistrado na palestra, estão a regra de transição para idade mínima de aposentadoria, previdência complementar, cálculo de pensões, aposentadoria por invalidez e o aumento do custeio da contribuição para a previdência social.

Outro ponto que deverá ser abordado por Jorge Franklin será a proibição de cumulação de benefícios, que, para ele, é injusta, pois todos eles tiveram fonte de custeio. Os magistrados que quiserem participar da palestra no dia 25, às 18h, na sede da Amagis, devem se inscrever pelo fone 3079-3499 ou e-mail imprensa@amagis.com.br. Saiba um pouco mais sobre os principais pontos da reforma da Previdência, na entrevista com o juiz aposentado Jorge Franklin publicada na página ao lado. ●

Reforma da Previdência

A Amagis e AMMP discutem os impactos da proposta de reforma da Previdência sobre as carreiras jurídicas com a participação do juiz aposentado Jorge Franklin, especialista no tema.

Dia 25/3 • Às 18h • Na Amagis (Rua Albita, 194 - BH)

Confirme sua participação: (31) 3079-3499 ou imprensa@amagis.com.br



Jorge Franklin

reforma da Previdência



AMAGIS

No dia 25 de março, às 18h, a Amagis irá receber o juiz aposentado Jorge Franklin, especialista em direito previdenciário, para discutir, na Associação, a reforma da Previdência e os seus impactos da proposta sobre as carreiras jurídicas. Nesta entrevista, o magistrado aborda questões como a regra de transição para a idade mínima de aposentadoria, contribuição previdência e previdência complementar, que serão temas da conferência.

Como a reforma da Previdência altera o tempo para a aposentadoria?

Pelo artigo 3º do projeto de Emenda, a idade mínima para a aposentadoria, pela regra de transição, passa para 56 anos para a mulher e 61 para o homem, embora se mantenha o atual tempo de contribuição. Só que há previsão dessa idade mínima passar, a partir de 2022, para 57 anos de idade, para mulher, e 62, para homem. Além disso, a integralidade e a paridade somente serão concedidas aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60, se mulher. Outro requisito: o somatório da idade e tempo de contribuição deve atingir 86 pontos para a mulher e 96 para o homem, números esses que serão aumentados a partir de 2020, anualmente, até atingir 100 pontos para a mulher e 105 pontos para o homem. Na verdade, se o servidor permanece em atividade, a cada 12 meses, ele completa mais um ano de contribuição e, ao mesmo tempo, mais um ano de idade, enquanto a pontuação para a aposentadoria aumenta 1 ponto a partir de janeiro de 2020.

O magistrado pode fazer opção pela nova regra permanente do artigo 40 da Constituição federal?

Pode. A regra permanente definitiva será estabelecida através de uma Lei Complementar. Até que essa Lei Complementar seja editada, vai prevalecer a regra da idade mínima de 65 anos para o homem e 62 para a mulher, após 25 anos de contribuição. Ou seja, quem tem menos tempo de contribuição e mais idade consegue se aposentar; ao contrário, ocorre com quem tem mais tempo e menos idade, situação em que a aposentadoria é dificultada. Vê-se que a intenção não é impedir aposentadoria com menos tempo e, sim, das pessoas mais jovens.

A reforma impõe que o magistrado tenha previdência complementar?

A previdência complementar passará a ser obrigatória

para novos servidores onde ainda não tenha sido instituída. A remuneração dos servidores será limitada ao teto do INSS, e os órgãos públicos terão que apresentar aos servidores uma previdência complementar.

Como será o cálculo das pensões?

Caso o magistrado deixe apenas viúva, a pensão passará de 100% para 60%. São 50% mais 10% em razão de cada dependente, portanto, 60% se a pensão beneficiar somente a viúva. Caso ele seja aposentado, vai alcançar um valor até o teto do INSS. E sobre o que exceder sobre o teto do INSS, há uma redução de 30%. A perda, portanto, está naquele percentual. Se tiver mulher e pelo menos quatro filhos menores, a pensão, de início, terá seu valor idêntico ao atualmente vigente.

E a contribuição previdenciária como fica?

Na verdade, o projeto bem se assemelha ao projeto que o ex-presidente Michel Temer já havia encaminhado ao Congresso, mas trabalha bastante com o aumento da contribuição para custeio da Previdência Social.

Qual a grande novidade do projeto?

A grande novidade do projeto é trazer a debate a possibilidade de um novo regime previdenciário, distinto dos existentes e que viria, na verdade, substituir o modelo do regime de repartição nos regimes próprio e geral de Previdência pelo regime de capitalização. Então, a virar, teríamos no futuro uma previdência pública, fundada na ideia de capitalização, com contas individuais, onde cada segurado ou servidor teria o benefício gerado por seus próprios recursos. ●



Vê-se que a intenção não é impedir aposentadoria com menos tempo e, sim, das pessoas mais jovens.

Parceria é fortalecida

Diálogo institucional visa valorização da Magistratura

IZABELA MACHADO



Dirigentes do TJMG com Alberto Diniz na Amagis

O presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, esteve, no dia 14 de fevereiro, na sede da Associação, para visita de cortesia ao presidente Alberto Diniz, que ressaltou que o fortalecimento do diálogo institucional com o TJMG visa à valorização da Magistratura e o aprimoramento do Judiciário, tendo entre seus objetivos específicos a melhoria da carreira, das condições de trabalho e segurança dos magistrados. Um dos resultados alcançados com a parceria foi a elevação da Comarca de Pará de Minas (Região Central) à entrância especial, em janeiro último.

No encontro, estiveram presentes os desembargadores Mariângela Meyer, 3ª vice-presidente do TJMG, Saldanha da Fonseca, corregedor-geral de Justiça, Octavio Augusto De Nigris Boccalini, superintendente de gestão

GEORGIA BAÇVAROFF



Dirigentes da Associação com Nelson Missias no TJMG

predial do TJ, Marcos Lincoln dos Santos, Adilson Lamounier e Márcio Idalmo Santos Miranda.

O presidente Nelson Messias destacou o apreço e a importância da parceria com a Amagis, considerada por ele, ex-presidente da instituição, como o braço político da Magistratura Mineira. "A Amagis é uma entidade importante na vida dos magistrados mineiros, ou seja, em cada um de nós. O desembargador Alberto Diniz agora é o nosso líder da Magistratura, e temos de estar ao seu lado para ajudá-lo a superar qualquer dificuldade", afirmou. No dia 13 de fevereiro, o presidente do TJMG já havia estado na Associação para cumprimentar o presidente Alberto Diniz pelo seu aniversário. Em 11 de fevereiro, a diretoria da Amagis reuniu-se com o presidente Nelson Missias, na sede do TJ.●

Amagis reafirma participação no Órgão Especial

Atuação fortalece decisões democráticas do colegiado

Com a participação do desembargador Alberto Diniz, a primeira como presidente da Amagis, o Órgão Especial do TJMG realizou, no dia 13 de fevereiro, a primeira sessão presencial do ano.

Segundo o presidente Alberto Diniz, a presença da Associação no colegiado amplia e democratiza o diálogo entre a Magistratura mineira e a direção do Tribunal, além de conferir mais efetividade e legitimidade às deliberações do TJ.

Na primeira sessão,

foram tratados temas administrativos. O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, assumiu a condução da sessão, uma vez que presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes, teve que se ausentar em função de uma agenda externa. Na ocasião, Afrânio Vilela registrou votos de felicidades ao presidente da Alberto Diniz, por seu aniversário no dia 13 de fevereiro.●

IZABELA MACHADO



Primeira reunião do Órgão Especial em 2019

Amagis solicita ampliação de assessores nos Juizados

Medida vai melhorar as condições de trabalho dos juízes

Durante reunião com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, realizada no dia 18 de fevereiro, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, apresentou ofício, solicitando providências para a ampliação de cargos de assessoria para magistrados dos Juizados Especiais.

No documento, em observância às portarias 4.102/2018, 2.569/2014 e 3.051/2014, do TJMG, o presidente da Amagis indicou, no ofício, que o pedido procede, pois “há uma nítida diferença de estrutura de trabalho entre os juízes titulares de Unidade Jurisdicional, sendo que a distribuição de processo e a cobrança são iguais”.

há uma nítida diferença de estrutura de trabalho entre os juízes titulares de Unidade Jurisdicional, sendo que a distribuição de processo e a cobrança são iguais”

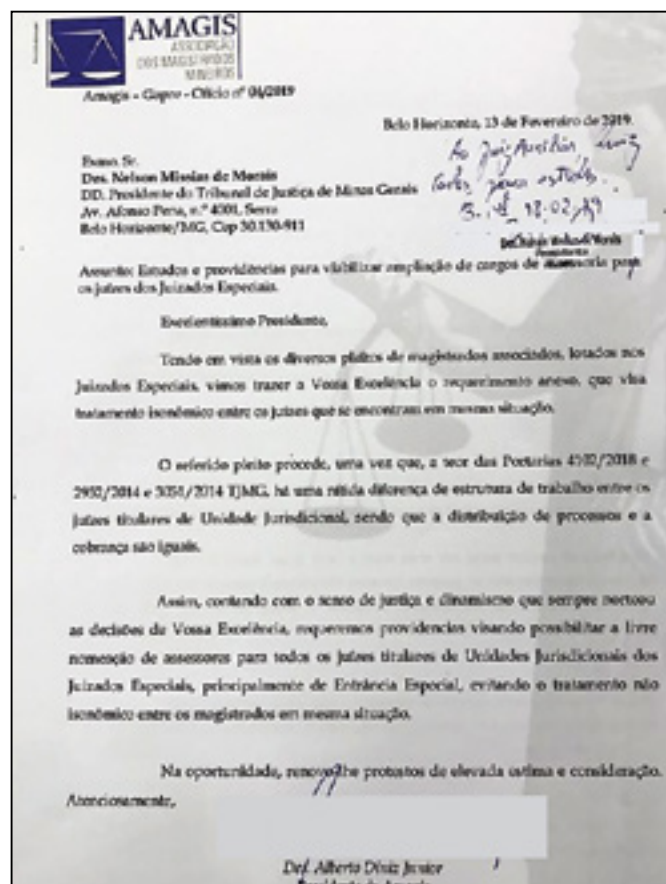
Alberto Diniz, presidente da Amagis

Ainda de acordo com o presidente da Amagis, a livre nomeação de assessores para todos os juízes titulares de Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais garante que haja tratamento isonômico entre os magistrados que estejam na mesma situação de trabalho. Alberto Diniz ressaltou no pedido a necessidade de melhorias das condições laborais para toda a classe.

Ao final da reunião, o presidente do TJMG encaminhou o ofício ao juiz auxiliar da Presidência, Luiz Carlos Rezende e Santos, para estudos de viabilidade de implantação da medida.●

Presidente repudia ato contra juiz

Alberto Diniz divulgou nota pela independência da Magistratura



Ofício do presidente da Amagis ao TJMG

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, divulgou nota pública, em 21 de fevereiro, quando contestou tentativa de intimidação ao trabalho do juiz Gustavo Henrique Moreira do Vale, da 1ª Vara Cível da Comarca de Pouso Alegre (Sul de Minas), por meio de ato realizado por advogados na porta do Fórum da Comarca.

No texto, o presidente da Amagis afirmou que o magistrado sempre foi um profissional dedicado, competente e cumpridor das leis e da Constitui-

ção Federal. “É importante destacar que manifestações contra quaisquer decisões têm seu local adequado, que são os recursos e o diálogo institucional que faltaram ao grupo e à sua entidade”, afirmou.

O presidente Alberto Diniz disse ainda que a Amagis está pronta para defender e garantir as prerrogativas do juiz Gustavo Henrique Moreira do Vale e de todos os magistrados de Minas Gerais, para que possam atuar com independência e sem pressões externas ou pautadas, exclusivamente, pelo corporativismo. ●

TJ estuda pagamento de férias

Solicitação foi feita pelo presidente da Amagis

Em atenção ao ofício protocolizado pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, no dia 25 de fevereiro, solicitando o pagamento de férias prêmio e regulamentares suspensas, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, comprometeu-se a avaliar a viabilidade do pleito com urgência.

No documento, Alberto Diniz requer o pagamento das férias prêmio aos magistrados que se enquadrarem na previsão na Lei Complementar 59/2001, com redação dada pela Lei 146/2018, com previsão na resolução 133, do CNJ e, havendo disponibilidade orçamentária, solicita que também sejam quitadas as férias regulamentares suspensas. ●



Nelson Missias, presidente do TJMG, com Alberto Diniz, presidente da Amagis

Comissão de Segurança tem novo presidente

Aprimoramento da prevenção é uma das metas da Amagis

Após reunião na sede da Amagis, no dia 25 de fevereiro, o presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, nomeou o desembargador Wanderley Salgado de Paiva para a presidência da Comissão Permanente de Segurança da Amagis.

Durante o encontro, além da reestruturação da comissão, foi discutida a importância do aprimoramento das políticas de segurança voltadas aos magistrados, bem como da interlocução com as instituições de segurança pública. De acordo com o presidente Alberto Diniz, o desembargador Wanderley Paiva poderá dar valiosas contribuições à Associação, com sua experiência no TJMG e na AMB.

Na AMB, por exemplo, o desembargador Wanderley Paiva foi o responsável pela elaboração da cartilha 'Magistrados seguros: dicas preventivas de segurança', cujo objetivo é, por meio de medidas básicas, orien-

ERIC BEZERRA/TJMG



Juliano Araújo, Wanderley Salgado, Alberto Diniz, Eduardo Reis e José Eduardo

tar e estimular o hábito de segurança dos magistrados e seus familiares, que, com simples cuidados, podem evitar situações de risco. A cartilha está disponível no site amb.com.br e amagis.com.br.

Ao nomear a comissão, o presi-

dente Alberto Diniz reconduziu o juiz Eduardo Gomes dos Reis ao cargo de vice-presidente, o coordenador do Departamento Jurídico da Associação, José Eduardo Vecchi Prates, como secretário, e Juliano Rodrigo Luiz Araújo como assessor. ●

Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossa Agenda de Leilões

SEXTA-FEIRA MARÇO 01 CAIXA Caixa Econômica Federal	SEXTA-FEIRA MARÇO 08 TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais 2ª Vara Civil São Sebastião do Paraíso	SEXTA-FEIRA MARÇO 08 UNICRED Unicred
QUARTA-FEIRA MARÇO 13 TRT-MG Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Minas Gerais 1ª Vara de Trabalho Belo Horizonte-MG	QUARTA-FEIRA MARÇO 13 TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais 4ª Vara Civil Belém	QUARTA-FEIRA MARÇO 13 TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais 3ª Vara Civil Contagem
QUARTA-FEIRA MARÇO 20 TRT-MG Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Minas Gerais 1ª Vara de Trabalho Leopoldina	QUARTA-FEIRA MARÇO 27 TRT-MG Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Minas Gerais Vara Única de Trabalho Santa Rita de Sapucaia	QUARTA-FEIRA MARÇO 27 BDMG BDMG
QUARTA-FEIRA MARÇO 15 SICOOB Sicoob		

* Confira a lista completa no site do leiloeiro

37 3242-2218 | 37 9862-5653

leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Magistradas ganham espaço

Cresce a participação feminina na gestão do Judiciário

POR GEORGIA BAÇVAROFF

Quando chega o mês de março, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, as questões da feminilidade e da posição da mulher na sociedade voltam à pauta. Seja para mostrar o avanço das mulheres, suas conquistas ou os desafios que ainda precisam enfrentar. Embora muito se discuta sobre a mulher, sua posição tem ganhado mais destaque de uns anos para cá.

No primeiro semestre de 2018, eram de mulheres, os comandos do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia Geral da União, nas pessoas das ministras Cármen Lúcia [STF] e Laurita Vaz [STJ], Raquel Dodge [PGR] – que continua no cargo – e Grace Maria Fernandes Mendonça [AGU], o que representou uma grande conquista. Mas a opinião, quase unânime, de magistradas entrevistadas pelo DECISÃO é de que ainda existe uma grande desproporção na distribuição de cargos entre homens e mulheres.

Atualmente, existem na Magistratura mineira 418 juízas e desembargadoras, ativas e inativas. O número representa menos de um terço dos magistrados do TJMG. Mas a representatividade aumenta quando, dentre as três Vice-Presidências do Tribunal, que auxiliam e contribuem diretamente na gestão do presidente, desembargador Nelson Missias, duas são ocupadas, atualmente, por mulheres: desembargadoras Áurea Brasil, 2ª vice-presidente e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes [Ejef], e Mariângela Meyer, 3ª vice-presidente.

Primeira mulher a ocupar a 2ª vice, Áurea Brasil vê, em sua gestão, oportunidade de abrir espaço para maior participação feminina no Poder Judiciário de Minas Gerais. “O fato de ser a primeira mulher à frente da 2ª Vice constitui para mim motivo de enorme responsabilidade e gratidão pela confiança dos meus pares. Depois de mais de 40 anos de existência da Ejef, a eleição de uma mulher para presidi-la é mais um caminho que se abre para a participação feminina em um ambiente



8 DE MARÇO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

**AMAGIS E AMAGIS SAÚDE
RECONHECEM E
ENALTECEM
A PARTICIPAÇÃO DA
MULHER NA
MAGISTRATURA, NO
JUDICIÁRIO E NA
SOCIEDADE**



historicamente masculino”, afirmou a magistrada.

“Vemos uma evolução e um crescimento muito grande da mulher no campo do trabalho, quando ela começou a assumir funções que eram essencialmente masculinas. A partir daí, a mulher começou a ocupar espaços, se projetar e demonstrar que é capaz”, afirmou em entrevista ao programa Pensamento Jurídico, produzido pela Amagis, a 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Mariângela Meyer Faleiro Pires. “Isso representou uma espécie de rompimento de barreiras e quebra de paradigmas, e a mulher mostrou que era capaz de se realizar profissionalmente”, afirmou a desembargadora.

Mariângela Meyer destacou a presença feminina, que tem crescido no TJMG, especialmente nos cargos diretivos. “Em cargos de direção, havia uma questão regimental que só permitia que ocupassem cargos de direção os mais antigos. Ora, entre os mais antigos não existiam mulheres e isso, efetivamente, fez com que a mulher demorasse a ter oportunidade de ocupar uma vaga de direção. A primeira a ocupar um cargo de direção no nosso Tribunal foi a desembargadora Márcia Milanez”, disse.

AMAGIS

Na Associação, a atual diretoria executiva tem metade de sua composição ocupada por magistradas: juízas Luzia Peixôto, vice-presidente Financeira; Rosimere Couto, vice-presidente de Saúde; Marli Maria Braga Andrade, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas; e Ivone Guillarducci, diretora-secretária. A diretora de Comunicação da Amagis também é ocupada por uma magistrada: a juíza Cristiana Gualberto, que, na gestão passada, foi vice-presidente Administrativa. De acordo com ela, as mulheres têm ocupado, cada dia mais, espaços diretivos nos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, demonstrando sua capacidade e rompendo as barreiras sociais. “Ao observarmos os índices de aprovação no concurso da Magistratura, por exemplo, percebemos que as mulheres têm um ingresso significativo, que pode ser notado também no quadro funcional do Tribunal de Justiça. A maioria das diretorias é ocupada por mulheres, bem como os cargos gerenciais”, afirmou.

Depois de mais de 40 anos de existência da Ejef, a eleição de uma mulher para presidi-la é mais um caminho que se abre para a participação feminina em um ambiente historicamente masculino

Desembargadora Áurea Brasil

Vemos uma evolução e um crescimento muito grande da mulher no campo do trabalho, quando ela começou a assumir funções que eram essencialmente masculinas

Desembargadora Mariângela Meyer

Entre os meus colegas, nunca percebi qualquer atitude machista, o que significa um grande avanço em relação à realidade de outros tempos

Juíza Marcela Decat

JORNADA

“A mulher saiu de casa e foi defender a família também no trabalho”, afirmou a desembargadora Mariângela Meyer. De acordo com ela, ao se ver em uma profissão, a mulher realiza um idealismo que significa, pra ela, uma oportunidade de fazer o bem pra si e para os outros. De acordo com ela, as dificuldades enfrentadas pela mulher, que é esposa, mãe de família e profissional, não estão propriamente no trabalho, mas sim, nessa jornada que acaba sendo dupla ou tripla. “Nesse momento, é muito importante a parceria entre a mulher e sua família”, disse.

FRAGILIDADE?

Na Magistratura, há aqueles que acreditam que o gênero não afeta a atuação e não resulta em qualquer tipo de preconceito pelo fato de a carreira ser alcançada por meio de concurso público. E faz sentido. Para conseguir entrar para a carreira, mulher e homem passam pelo mesmo crivo e ambos precisam demonstrar capacidade para tal. No entanto, algumas juízas ainda são surpreendidas, especialmente nas comarcas do interior, com servidores ou jurisdicionados que se assustam ao se deparar com a figura feminina e sua toga.

A juíza Marcela Decat, da Comarca de Mariana (Região Central), contou que, quando atuava no Norte de Minas, uma servidora perguntou se ela daria conta sozinha da Comarca e ainda completou: “É muito pesado para uma mulher”. Segundo Marcela Decat, o questionamento não foi feito por maldade, embora espelhe um pensamento comum na sociedade, o de que a mulher é frágil para determinadas funções. Para a magistrada, não existe opressão de gênero na Magistratura, exatamente porque todos os candidatos concorrem em igualdade de condições. “A Magistratura é essencialmente masculina, hoje, por causa do número de magistrados no Estado, que ainda supera o número de magistradas. Mas, entre os meus colegas, nunca percebi qualquer atitude machista, o que significa um grande avanço em relação à realidade de outros tempos”, disse.

No dia 27 de março, às 20h, em comemoração ao mês da mulher, a Amagis promoverá a apresentação da peça “Intimidade indecente”, no Teatro da Cidade. Mais informações no telefone [31] 3079-3498. ●

Cristiana Martins Gualberto



EDUARDO ROCHA

Magistrada há 13 anos, a juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro tem participado ativamente do associativismo mineiro, ocupando a Vice-Presidência Administrativa da Amagis na última gestão e, hoje, como diretora de Comunicação da Associação. Para a magistrada, as mulheres têm ocupado, cada dia mais, espaços diretivos nos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, demonstrando sua capacidade e rompendo as barreiras sociais.

Qual é o eixo da Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário do CNJ?

Penso que, com essa política, o Conselho busca resguardar a participação e preservar os direitos das mulheres na sociedade, seja no que se refere ao incentivo à inserção do gênero feminino nos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, no enfrentamento à violência doméstica, cujas mulheres são as principais vítimas, e no direito de gestantes e lactantes sob custódia prisional terem de amamentar seus filhos, a proibição do uso de algemas em mulheres prestes a dar à luz e no pós-parto, salvaguardando assim o convívio entre mães e filhos.

Como avalia o concurso, ele garante igualdade no ingresso ao Poder Judiciário?

Sem dúvida! Ao observarmos os índices de aprovação no concurso da Magistratura, por exemplo, percebe-se que as mulheres têm um ingresso significativo. O mesmo pode ser notado no quadro funcional do TJMG, na parte administrativa, em que a maioria das diretorias é ocupada por mulheres, bem como nos cargos gerenciais. Portanto, podemos considerar que, mesmo de maneira mais gradual, a ascensão feminina no Tribunal, seja nos cargos executivos ou na alta direção, tem aumentado.

Quais seriam os obstáculos enfrentados pelas mulheres no Judiciário?

Hoje, na Magistratura, o que entendo como uma questão a ser superada são os critérios para promoções, particularmente aquelas feitas por merecimento. Penso que é necessário aprimorarmos esses critérios, tornando-os mais objetivos a fim de evitar a possibilidade de qualquer tipo de discriminação.

Comparado à iniciativa privada, o setor público garante mais igualdade de gênero?

No setor público, não vemos, por exemplo, diferença

de remuneração relacionada ao gênero, pois como o ingresso é feito por meio de concurso, em uma carreira específica, com os vencimentos estabelecidos igualmente para os candidatos. Portanto, a distinção salarial pode ocorrer ao longo dos anos, na medida em que as promoções sejam feitas por meio de critérios subjetivos. Já no setor privado, infelizmente, a discriminação por meio de salários é evidente. Não só isso, as oportunidades de emprego também são mais difíceis, pois a possibilidade da gravidez pode influenciar na contratação de uma mulher. O trabalho doméstico é outro aspecto que deve ser observado com relação à participação feminina no mercado de trabalho e na sociedade de uma forma geral, pois, além de sobrecarregar as mulheres com uma jornada dupla, há ainda muitas situações em que elas se dedicam apenas à família.

Esse contexto reforça a ideia de que as mulheres teriam mais tarefas além das familiares?

A realidade tem nos demonstrado que as mulheres são capazes de importantes contribuições para sociedade, seja no poder público, em cargos chefia e no seu trabalho diário, como no exemplo da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e da ministra Cármen Lúcia, ex-presidente do STF. Além dos obstáculos encontrados no mercado de trabalho, por muitas vezes, é preciso que as mulheres acreditem mais em sua própria capacidade, perder o medo e se arrisquem, mudando a realidade. ●

A realidade tem nos demonstrado que as mulheres são capazes de importantes contribuições para sociedade, seja no poder público, em cargos chefia e no seu trabalho diário.

Vice da Amagis integra CCPC

Juiz foi empossado com reconhecimento de desembargadores

Com o reconhecimento dos seus pares, o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis e juiz auxiliar da Presidência do TJMG, tomou posse, no dia 7 de fevereiro, no Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais [CCPC-MG].

Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, Luiz Carlos poderá contribuir com sua vasta experiência na Justiça Criminal para o

aprimoramento das políticas públicas voltadas para essa área.

Para o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, a escolha do magistrado é motivo de orgulho para o Tribunal. "Magistrado de alto nível intelectual e humanista", disse. O presidente do Conselho, desembargador Alexandre Victor de Carvalho, ressaltou que Luiz Carlos é "considerado um nome de destaque na Justiça Criminal".●

ERIC BEZERRA/TJMG



Luiz Carlos Rezende e Santos

Livro aborda serviços notariais

Publicação chegou à sua 3ª edição, revisada, atualizada e ampliada

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou do lançamento da 3ª edição do livro Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Minas Gerais – Comentado [Provimento CGJMG 260/2013], de autoria do desembargador Marcelo Rodrigues, realizado no dia 20 de feve-

reio, na sede do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais.

O livro incorpora ainda jurisprudência selecionada, inclusive do STJ e do STF, sentenças da Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte, enunciados das Súmulas do STJ e do STF, bem como das Jornadas de Direito Civil.●

TIAGO PARRELA



Alberto Diniz e Marcelo Rodrigues

Presidente recebe defensor público

GEORGIA BACVAROFF



O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, acompanhado do coordenador-geral das Colônias de Férias da Associação, juiz José Martinho Nunes Coelho, recebeu, no dia 4 de fevereiro, na sede da Associação, o defensor Fernando Marteletto, em uma visita de cortesia.●

Conheça o canal da Amagis no YouTube



youtube.com/AmagisMG



facebook.com/Amagis



twitter.com/AmagisMG



youtube.com/AmagisMG

Metodologia Apac será política pública no País

ERIC BEZERRA/TJMG



Apac de Itaúna recebe visita do presidente do TJ e do governador de Minas

POR IZABELA MACHADO

Governo Federal irá investir no fomento das Associações

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão que compõe o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, irá adotar a metodologia Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) como uma de suas políticas públicas para o sistema prisional no País. O anúncio foi feito, no início do mês de fevereiro, pelo juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e coordenador executivo do Programa Novos Rumos, Luiz Carlos

Rezende e Santos, após reunião em Brasília com integrantes da diretoria do Depen. O magistrado também é vice-presidente Administrativo da Amagis.

Rezende e Santos, após reunião em Brasília com integrantes da diretoria do Depen. O magistrado também é vice-presidente Administrativo da Amagis.

Rezende e Santos, após reunião em Brasília com integrantes da diretoria do Depen. O magistrado também é vice-presidente Administrativo da Amagis.

Rezende e Santos, após reunião em Brasília com integrantes da diretoria do Depen. O magistrado também é vice-presidente Administrativo da Amagis.

Rezende e Santos, após reunião em Brasília com integrantes da diretoria do Depen. O magistrado também é vice-presidente Administrativo da Amagis.

Rezende e Santos, após reunião em Brasília com integrantes da diretoria do Depen. O magistrado também é vice-presidente Administrativo da Amagis.

EXEMPLO

Rezende e Santos, após reunião em Brasília com integrantes da diretoria do Depen. O magistrado também é vice-presidente Administrativo da Amagis.

Fabiano Bordignon disse que o trabalho consistirá em analisar e monitorar a metodologia empregada, especialmente na mensuração de resultados quanto aos custos financeiros, geração de vagas, segurança do estabelecimento, prestação das assistências previstas na Lei 7.210/84 [LEP], formas de participação comunitária e percentuais de reiteração criminal, principalmente para indivíduos submetidos ao regime semiaberto.

“O estudo abordará as possibilidades legais e viáveis para o repasse de recursos públicos, considerando as recomendações e orientações dos órgãos de fiscalização e controle [CGU e TCU]. Também foi criada uma coordenação que fomenta a participação da sociedade na execução penal no âmbito do Depen. A partir da análise de diferentes metodologias de gestão pública voltadas para a execução penal, esperamos apresentar alternativas efetivas, funcionais e eficazes ao sistema prisional brasileiro”, afirmou o diretor-geral do Depen.

De acordo com o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o êxito alcançado com a adoção da metodologia em Minas também motivou o Conselho Nacional de Justiça a enviar à Presidência do TJMG um convênio para que o CNJ leve, como política do Conselho, a expertise do Tribunal mineiro para todos os estados brasileiros, para divulgação, tentativa de implantação e consolidação das Apacs em território nacional.

PIONEIRA

As Apacs são pessoas jurídicas de direito privado que administram os Centros de Reintegração Social [CRS] de recuperandos. Por meio do programa Novos Rumos, do Tribunal de Justiça, Minas Gerais conta, atualmente, com 39 Apacs em funcionamento, sendo cinco femininas, em 36 comarcas. As unidades atendem cerca de quatro mil pessoas. A previsão do TJ é inaugurar em breve outras unidades no Estado, como em Varginha, Manhumirim, Teófilo Otoni e Itabirito.

A Apac de Itaúna é pioneira na aplicação do método em Minas. No início de janeiro, o governador Romeu Zema visitou a unidade e assumiu no local o compromisso de duplicar, até o final de seu governo, o número de vagas para recuperandos nas Apacs do Estado.

Para o juiz de Direito da 1ª Vara Criminal, Júri e Execuções Penais da Comarca de Itaúna [Oeste], Paulo Antônio de Carvalho, a visita do governador Romeu Zema à Apac do município, como

Esse é um momento histórico, em que um movimento que iniciou-se no ano de 1972 e que ganhou muita força em Minas, embora tenha nascido em São Paulo, chega como uma alternativa para diminuição da população prisional superencarcerada dentro dos presídios brasileiros

Juiz Luiz Carlos Rezende

Penso que o ganho mais importante seja a quebra do preconceito com relação aos presos, a ampliação da consciência coletiva quanto ao sistema prisional e a mudança de cultura social quanto ao Direito Penal, à pena de prisão e ao preso

Juiz Paulo Antônio de Carvalho

primeiro ato público de seu governo fora da capital, se reveste de um significado especial. “Em primeiro lugar, atesta o descortino do atual mandatário estadual ao renunciar às soluções ultrapassadas e buscar resposta naquilo que está produzindo bons resultados na questão prisional. Em segundo lugar, realça que o governo está avaliando um sistema muito menos oneroso para o Estado, além de se mostrar mais efetivo para a ressocialização do condenado e de contar com o envolvimento da comunidade na execução penal, como preconiza a Lei de Execução Penal [LEP]”, afirmou o magistrado.

Também é importante lembrar, segundo o magistrado, que a posição do governador Zema representa uma guinada de 180° na política pública estadual sobre a questão prisional, pois o mesmo Estado que, quando da implantação da Apac de Itaúna, em 1997, cortou a alimentação dos presos, sob a alegação de que a entidade não fazia parte do sistema oficial, e quase a levou à morte por inanição financeira, durante mais de um ano, agora a reconhece como órgão importante na execução e a elege como parceira da política pública, como já tinha feito o Tribunal de Justiça com o Programa Novos Rumos na Execução Penal, em 2001.

O sucesso da metodologia da Apac se deve, de acordo com o juiz Paulo Antônio de Carvalho, a dois fatores preponderantes: primeiro, ao fato de cumprir a Lei de Execução Penal, individualizando a execução da pena, como preconiza a Constituição Federal. Segundo, por usar o tempo de privação da liberdade para resgatar os valores do condenado, trabalhando com ele questões como a ética, a família, a fraternidade, a religião, a educação e a profissionalização, o que deveria acontecer em todos os presídios. “Pode-se constatar, a partir daí, que a Apac se tornou referência por estar cumprindo a lei”, disse o juiz.

A ampliação do número de vagas nas Apacs é importante na medida em que vai propiciar um maior número de presos do Estado a cumprir a pena com mais dignidade, porém, para Paulo Antônio de Carvalho, isso não é o suficiente. “Isso é pouco, pois penso que o ganho mais importante seja a quebra do preconceito com relação aos presos, a ampliação da consciência coletiva quanto ao sistema prisional e a mudança de cultura social quanto ao Direito Penal, à pena de prisão e ao preso, tratando a execução como misericórdia, conforme vem pregando sua Santidade, o Papa Francisco, quando o assunto são os mais necessitados”, ressaltou o magistrado.●



POR GEÓRGIA BAÇVAROFF

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) realizou a pesquisa “Quem somos. A Magistratura que queremos”, com uma extensa coleta de dados com respostas de magistrados, ao longo de 2018.

O resultado da pesquisa, que contou com a coordenação do ministro do STJ Luis Felipe Salomão e da presidente da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro [Amaerj] e vice-presidente Institucional da AMB, juíza Renata Gil, foi divulgada nacionalmente no dia 11 de fevereiro.

O levantamento ouviu cerca de quatro mil magistrados de todo o País, ativos, inativos, e ministros dos

tribunais superiores, sobre diversas questões como segurança, papel do Judiciário, dificuldades na função, além de aspectos socioeconômicos dos magistrados. Para o ministro Salomão, a ideia é abrir o debate, colocar transparência e tirar elementos que possam balizar políticas associativas e públicas a partir da visão dos juízes. A juíza Renata Gil destacou que o trabalho servirá como fonte de informação para a sociedade e base para teses e pesquisas. “Temos um rico material em mãos para sabermos exatamente quem somos hoje e como queremos nos ver no futuro”, disse a magistrada.

ASSOCIATIVISMO

Várias questões foram abordadas

na pesquisa com os magistrados e, entre elas, uma teve resposta quase unânime: se era filiado a alguma associação de classe. Mais de 99% dos entrevistados da Justiça estadual responderam que estão associados. O índice é praticamente o mesmo na esfera dos juízes federais, trabalhista e militares. Entre os desembargadores, 98% dos entrevistados são filiados às associações de classe, bem como os magistrados inativos: 99%; ministros: 92%.

O resultado demonstra a importância da associação de classe no dia a dia dos magistrados, ativos e inativos, e seus familiares. Em Minas Gerais, a Amagis, segunda maior Associação de magistrados estaduais da América La-

tina, congrega 99,6% dos magistrados

JUÍZES FILIADOS A ASSOCIAÇÕES DE MAGISTRADOS

	NÃO	SIM	TOTAL
JUSTIÇA ESTADUAL	10 0,6%	1748 99,4%	1758 100%
JUSTIÇA FEDERAL	2 1,4%	136 98,6%	138 100%
JUSTIÇA TRABALHISTA	0 0%	84 100%	84 100%
JUSTIÇA MILITAR	0 0%	12 100%	12 100%
TOTAL	12 0,6%	1980 99,4%	1992 100%

	NÃO	SIM	TOTAL
JUSTIÇA ESTADUAL	4 2%	201 98%	205 100%
JUSTIÇA FEDERAL	0 0%	12 100%	12 100%
JUSTIÇA TRABALHISTA	1 3,4%	28 96,6%	29 100%
JUSTIÇA MILITAR	0 0%	4 100%	4 100%
TOTAL	5 2%	245 98%	250 100%

JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

JUÍZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

mineiros. Dos 1.541 magistrados mineiros, ativos e inativos, 1.536 são associados à Amagis.

Setenta e sete por cento dos juizes de primeiro grau afirmaram utilizar as redes sociais e, a maioria deles, com o objetivo de se informar sobre assuntos diversos, além de fazer contatos. Com a mesma finalidade, 72% dos desembargadores e 28% dos ministros dos tribunais superiores também usam as redes.

Quase metade de todos os magistrados ouvidos pela pesquisa considera importante a efetivação de colegiados para análise de crimes de maior gravidade, com o objetivo de aumentar a segurança dos juizes. O uso da videoconferência, também visando a proteção do magistrado da área criminal, foi apoiado por cerca de 85% dos entrevistados. 88% e 92% dos magistrados, de 1º e 2º graus, respectivamente, disseram ser a favor da incorporação do ‘plea bargain’ no CPP. A ressalva da maioria dos magistrados ao sistema é que haja participação do Judiciário nos acordos.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Para os juizes de primeira instância, é muito importante a limitação aos recursos judiciais como forma de melhorar a eficiência nos tribunais do País. Os magistrados citaram como medida fundamental a alteração da competência do STF para que atue apenas como Corte Constitucional. Ambas as medidas são citadas também pelos magistrados de segundo grau.

A pesquisa mostrou como os magistrados brasileiros pensam o papel do Judiciário na afirmação da democracia no Brasil. O controle da probidade administrativa interna e externa, a defesa da ordem pública, a defesa dos direitos humanos e o controle da violência estatal foram apontados como as áreas mais importantes de atuação do Judiciário neste sentido. As dificuldades apontadas foram a sobrecarga de trabalho e a falta de recursos para o Judiciário.

Sobre a relação com a imprensa, 71% dos magistrados consideram relevante a divulgação de atos e decisões por meio da imprensa para a transparência do Poder Judiciário.

A divulgação de atos e decisões, bem como a aproximação do Judiciário com a sociedade por meio da imprensa, é um fator de extrema importância, não apenas para a transparência do Poder, mas para o conhecimento do funcionamento do Judiciário e do trabalho dos juizes por parte do cidadão.

TRABALHO EM CASA

Assim como acontece em diversas profissões, o magistrado não encerra o trabalho no fim do expediente e, muitas vezes, ele precisa levar trabalho para casa. De acordo com o levantamento, mais da metade dos juizes estaduais de primeiro grau leva processos frequentemente para analisar em casa. 36% dos entrevistados afirmaram que levam eventualmente e apenas 9% dos magistrados declararam que não têm esse hábito. Na segunda instância, o índice aumenta: 61,3% dos desembargadores entrevistados levam trabalho para casa quando chega o fim do expediente. Essa característica também está presente nos tribunais superiores do País, onde 56% dos ministros analisam em casa, frequentemente, os processos.

A conciliação prévia extrajudicial e a realização de campanhas educativas que familiarizem a população com os seus direitos e com os procedimentos legais foram defendidas pelos magistrados das duas instâncias, bem como a necessidade de modernização do Judiciário: o PJe é apoiado por 70,48% dos magistrados. Veja o resultado completo da pesquisa no endereço <http://bit.ly/pesquisaamb>.

TRABALHO EM CASA

	NÃO	EVENTUAL	USUAL	TOTAL
JUSTIÇA ESTADUAL	173 9%	691 36%	1055 55%	1919 100%
JUSTIÇA FEDERAL	28 19,2%	55 37,7%	63 43,2%	146 100%
JUSTIÇA TRABALHISTA	3 3,2%	18 19,4%	72 77,4%	93 100%
JUSTIÇA MILITAR	1 7,7%	5 38,5%	7 53,8%	13 100%
TOTAL	205 9,4%	769 35,4%	1197 55,1%	2171 100%

JUIZES DE PRIMEIRO GRAU EM ATIVIDADE

	NÃO	EVENTUAL	USUAL	TOTAL
JUSTIÇA ESTADUAL	18 8,1%	68 30,6%	136 61,3%	222 100%
JUSTIÇA FEDERAL	1 8,3%	4 33,3%	7 58,3%	12 100%
JUSTIÇA TRABALHISTA	0 0%	5 17,2%	24 82,8%	29 100%
JUSTIÇA MILITAR	0 0%	2 50%	2 50%	4 100%
TOTAL	19 7,1%	79 29,6%	169 63,3%	267 100%

JUIZES DE SEGUNDO GRAU EM ATIVIDADE

	NÃO	EVENTUAL	USUAL	TOTAL
JUSTIÇA ESTADUAL	15 6,4%	44 18,6%	177 75%	236 100%
JUSTIÇA FEDERAL	1 8,3%	4 33,3%	7 58,3%	12 100%
JUSTIÇA TRABALHISTA	1 3%	6 18,2%	26 78,8%	33 100%
JUSTIÇA MILITAR	1 20%	0 0%	4 80%	5 100%
TOTAL	18 6,3%	54 18,9%	214 74,8%	286 100%

JUIZES E DESEMBARGADORES INATIVOS

	NÃO	EVENTUAL	USUAL	TOTAL
Nº ABSOLUTO	3	4	9	16
PORCENTAGEM	18,8%	25%	56,3%	100%

MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES

LEIA TAMBÉM A PESQUISA COMPLETA DA AMB POR MEIO DO QR CODE AO LADO



Desembargadores debatem acúmulo de processos suspensos

Encontro foi promovido pela 1ª e 2ª Vice-Presidências com o CEJ

Com o aumento de processos suspensos no TJMG, por estarem sobrestados pelos Tribunais Superiores, a 2ª Vice-Presidência do TJ, por intermédio do Centro de Estudos Jurídicos Ronaldo Cunha Campos (CEJ), com o apoio da 1ª Vice-Presidência do Tribunal, promoveu encontro entre desembargadores, para aprofundar a compreensão desses processos e alinhar possíveis procedimentos que venham ser adotados.

No primeiro encontro, do qual participou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, no dia 18 de fevereiro, foi abordado o direito público. Para o presidente Alberto Diniz, a iniciativa dos magistrados demonstra a sensibilidade e preocupação dos desembargadores mineiros com a celeridade processual e qualidade dos serviços entregues pelo Poder Judiciário aos cidadãos.

A 2ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Áurea Brasil, destacou a importância da participação dos pre-

AMAGIS



Magistrados durante o primeiro encontro do Centro de Estudos Jurídicos

sidentes de câmara na discussão, pois, na medida em que o debate é ampliado, o Tribunal tem mais possibilidades de adotar procedimentos seguros para que o acervo não se avolume.

Durante a reunião, o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, falou aos presidentes de câmara sobre as novas ferramentas disponíveis para que os julgadores possam

enfrentar demandas de massa de maneira uniforme, dinâmica e produtiva.

Para o coordenador do CEJ, desembargador Moacyr Lobato, com esse debate, o Centro de Estudos cumpre o seu papel de fomentar discussões de assuntos próprios da atividade dos magistrados, a fim de que sejam alcançados resultados capazes de aprimorar o Judiciário Mineiro. ●

SIGA A AMAGIS NA REDE...


facebook.com/amagis


twitter.com/amagisMG


instagram.com/amagismg

**Aniversariantes de abril já
podem agendar o check-up**

Rápido, fácil e gratuito

Saiba mais em www.amagissaude.com.br ou
ligue: (31) 3079-3499 (ramal: 3407)



Encontro propõe melhorias nos serviços eleitorais

Corregedores eleitorais participam de evento em Belo Horizonte

IZABELA MACHADO



Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil foi realizado no Palácio da Justiça, antiga sede do TJMG, em BH

Reunidos nos dias 21 e 22 de fevereiro, em Belo Horizonte, para o 45º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil, os magistrados aprovaram o desenvolvimento de instrumentos capazes de aprimorar os serviços eleitorais e minimizar as fake News [notícias falsas]. O evento foi realizado no Palácio da Justiça [antiga sede do TJMG].

Na Carta de Belo Horizonte, na qual essa proposta foi apresentada, os corregedores eleitorais apontaram ainda a necessidade de reforçar a divulgação dos elementos de segurança da urna eletrônica, justamente contra a divulgação de notí-

cias falsas, a fim de incrementar a confiança dos cidadãos no sistema eleitoral brasileiro.

Ao fazer um balanço sobre as eleições de 2018, o desembargador Rogério Medeiros, vice-presidente e corregedor do TRE-MG, manifestou sua preocupação com o ódio exposto nas redes sociais, a perda de influência dos meios tradicionais de informação [TV e rádio] e com a circulação de fake News.

Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, que participou da abertura do encontro, a discussão promovida pelo Colégio de Corregedores não

só contribui para o aprimoramento da Justiça Eleitoral, como fortalece a cidadania. O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, foi representado no evento pelo desembargador Afrânio Vilela, 1º vice-presidente do Tribunal.

O desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais e vice-presidente e corregedor do TRE-SP, agradeceu à Amagis, ao TJMG e ao TRE-MG pelo apoio para a realização do encontro. "Formaram um tripé para viabilizar e estruturar com meticulosidade e competência o evento", disse. ●

CURSOS ENM

● **Curso Sistema Concursal Brasileiro**

Período: 24 a 26 de Abril
Inscrições: até 20 de março
Local: Apamagis [SP]
Vagas: 50
Carga horária: 20 hora/aula
Inscrições: Gratuita para associados à AMB
Informações: enm.org.br

● **Eficácia do Processo Civil como Instrumento de Concretização do Direito e Pacificação Social**

Período: 24 a 29 de Junho
Inscrições: até 20 de março
Local: Sapienza [Roma, Itália]
Vagas: 50
Carga horária: 40 horas/aula
Inscrições: € 450
Informações: enm.org.br

● **Capacitação em Poder Judiciário**

Período: 27 e 28 de Junho
Inscrições: até 5 de maio
Local: FGV - Direito Rio [RJ]
Vagas: 45
Carga horária: 20 hora/aula
Inscrições: Gratuita para associados à AMB
Informações: enm.org.br

● **Seminário Inteligência Artificial**

Período: 24 a 25 de maio
Inscrições: até 10 de maio
Local: Foz do Iguaçu [PR]
Vagas: 100
Carga horária: 10 hora/aula
Inscrições: Gratuita para associados à AMB
Informações: enm.org.br

LUIZ CLÁUDIO ANTUNES/BIKE76.COM

Ubatuba terá prova de ciclismo em abril

Competição terá provas de 78 e 128 quilômetros



Centenas de ciclistas disputaram a última edição da Gran Cup Brasil de Ciclismo, realizada em Ubatuba (SP)

No próximo mês, os magistrados adeptos do ciclismo terão a oportunidade de conciliar esporte, descanso e lazer na 5ª edição da Gran Cup Brasil de Ciclismo, que será realizada no dia 14 de abril, em Ubatuba (SP), onde está instalada uma das cinco colônias de férias da Amagis.

Com dois circuitos previstos para as categorias masculina e feminina, as provas estão com as largadas programadas para a Praia Vermelha, sendo realizadas duas saídas. Os atletas poderão optar pela prova de 78 quilômetros, passando pela Cachoeira da Escadaria, ou pelo circuito de 128 quilômetros, no qual o competidor deverá ir até a entrada de Paraty (RJ), com chegada à Praia Vermelha, em ambas as disputas.

Antes do início das provas, será promovido o congresso técnico no qual está incluída uma palestra da Polícia Rodoviária Federal para que sejam alinhadas algumas medidas

de segurança. Os competidores deverão utilizar somente um sentido da via e pedalar juntos aos pelotões e com escolta policial. Em caso de infração a essas regras, o atleta poderá ser punido pela organização da competição.

A cronometragem do tempo dos ciclistas será totalmente eletrônica, feita na passagem pelos tapetes colocados na largada e chegada, que leem o chip de cronometragem entre aos competidores, junto com o kit da prova. Ao longo do circuito, serão instalados quatro postos de hidratação e assistência técnica.

Na Praia Vermelha, local da largada e chegada, será montada uma arena com diversas atrações para o público, incluindo atividades específicas para as crianças. As inscrições podem ser feitas até o dia 8 de abril, no site clubedeclimosjc.com.br, no qual também está disponível o regulamento e toda a programação da 5ª edição da Gran Cup Brasil de Ciclismo.●

CONVÊNIOS

● DHISA VALOR CONTÁBIL LTDA

Desconto de 10%, no valor dos honorários estabelecidos após análise individual, na elaboração da Declaração de Imposto de Renda da pessoa física do exercício de 2018 a ser entregue no exercício de 2019.

Telefone: (31) 3889-3030 ou (31) 9 9296-38880

Endereço: Av. Afonso Pena, 981, 4º andar, Centro – BH

● RESENDE CASTRO ADVOCACIA E CONSULTORIA

Desconto de 20% no serviço de consulta

advocacia tributária, confecção de Imposto de Renda de Pessoa Física e acompanhamento de 'malha fina'.

Telefone: (31) 3332-5577 ou (31) 9 8467-2904

Endereço: Rua Rubi, nº 248, Prado – BH

● BIOCENTRO - CENTRO DE ESTÉTICA LTDA

Desconto de 15% em todos os tratamentos estéticos à vista (exceto nas campanhas promocionais) e de 10% em todos os tratamentos a prazo.

Telefone: (31) 3227-6262

Endereço: Av. Contorno, 8.000, sala 1.205, Santo Agostinho – BH

Serviço: Tratamentos estéticos

● OTÁVIO JYOTI DEVA B. BARROS

Desconto de 30% sobre o preço da tabela do consultório nos serviços de acupuntura, naturopatia, iridologia, fitoterapia, tratamento de dores crônicas, menopausa, estresse, distúrbios funcionais, digestivos e de sono.

Telefone: (31) 3227-8356

Endereço: Rua do Ouro, 1.725, Serra – BH

● TERAPIA DE EXPANSÃO DO SER

Descontos de 20% nos serviços de psicoterapia transpessoal; massoterapia oriental (shiatsu, massagens ayurvédicas); detox; revitalização; programa Beleza Vital; acupuntura sistêmica; auriculopuntura; reequilíbrio energético.

Telefone: (31) 9 8892-8244 (WhatsApp)

Endereço: Rua dos Aimorés, 1.297, salas 801/802, Funcionários – BH

Magistrados celebram Carnaval na Amagis

Confraternização fortalece os laços de união da classe

Com a participação de centenas de magistrados, acompanhados de seus familiares, o clima de alegria e descontração tomou conta do Parque Esportivo da Associação, com a realização, no dia 22 de fevereiro, da primeira edição do CarnAmagis.

Na avaliação do presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, a promoção de confraternizações, como o CarnAmagis, estimula a integração e convivência dos magistrados fora dos gabinetes. "Além da defesa intransigente da classe e de suas reivindicações, a Amagis promove eventos de confraternização para os magistrados, o que enriquece a convivência entre os associados e seus familiares", afirmou.

Segundo a diretora do Parque Esportivo da Amagis, juíza Maria Isabel Fleck, a celebração expressa o sentimento de união e harmonia na classe. "Esse encontro é uma soma de esforço dos colegas para promover momentos de integração entre os associados e seus familiares. Nós magistrados somos uma família, e a Amagis é a nossa casa", comentou. ●

GEORGIA BAÇVAROFF



Magistrados confraternizam no CarnAmagis, realizado no Parque Esportivo

Abertas inscrições para férias nas colônias

Prazo vai até 19 de abril e o sorteio será no dia 25 do mesmo mês

Os associados interessados em passar as férias de julho nas colônias da Amagis – Caxambu (Sul de Minas), Ubatuba (SP), Caldas Novas (GO), Cabo Frio (RJ) e Nova Viçosa (BA) – terão até o dia 19 de abril para fazer a inscrição no sorteio de vagas, que será realizado no dia 25 do mesmo mês.

As colônias estão localizadas em regiões turísticas distintas, a fim de atender aos magistrados que atuam nas mais diferentes comarcas de Mi-

nas Gerais. Cidades como Caxambu e Caldas Novas são alternativa de descanso aos associados que procuram um pouco mais de tranquilidade, com suas águas termais próprias para o relaxamento dos visitantes.

Para quem deseja passar as férias no litoral, as melhores opções são Nova Viçosa, próxima ao Parque Nacional de Abrolhos, Cabo Frio, sétima cidade mais antiga do Brasil, onde história e natureza se misturam, e Ubatuba, que, além

das praias paradisíacas propícias aos turistas, oferece inúmeros passeios no Parque Estadual da Serra do Mar.

De acordo com o regulamento das unidades sociais da Amagis, durante a alta temporada, somente os associados e seus dependentes podem se hospedar nas colônias de férias. Os candidatos a uma vaga podem fazer suas inscrições pelos e-mails cacia@amagis.com.br, adrianapires@amagis.com.br ou pelo telefone [31] 3079-3459. ●

BAÚ DE ACORDES

Cine Pathé, de Juarez Moreira



Tiago Parrela - O músico mineiro Juarez Moreira está lançando o disco 'Cine Pathé' (que recebe o nome de antigo cinema da capital mineira, local bem frequentado pela juventude mineira), trabalho inédito que reúne um lado diferente do compositor, o de letra e música. O álbum reúne canções de mais de 20 décadas de trabalho junto com grandes letristas, como Fernando Brant, Murilo Antunes, Celso Adolfo, Paulinho Pedra Azul, Chico Amaral e Simone Guimarães, que deram palavras e sentimentos para as notas e memórias do violonista.

Mineiro de Guanhães, Juarez Moreira disse que algumas músicas do álbum

buscam expressar seu afeto pela cidade que o recebeu na década de 70. O instrumentista admitiu que sua composição é em formato de canção: "os letristas sempre disseram que minhas músicas pediam uma letra naturalmente".

Segundo o músico, as letras foram aparecendo espontaneamente, "foram frutos de convívio de décadas, com muita calma, um processo verdadeiro". Moreira ainda ressaltou a impressão que sentiu ao ouvir suas composições com letras. "Todas me emocionam, justamente porque não tinha a intenção de fazer isso, na época", considerou.

Autodidata, Juarez Moreira começou a

tocar violão aos 12 anos de idade. Ao longo da carreira, apresentou-se ao lado de grandes nomes da música brasileira como Egberto Gismonti, Ivan Lins, Milton Nascimento, Naná Vasconcelos, Wagner Tiso, Toninho Horta, Maria Bethânia, Gal Costa, entre outros. É também autor de clássicos da música brasileira, como 'Baião Barroco', 'Bom Dia' e 'Valsa para Maria'.

O disco possui as participações das vozes de Alaíde Costa, Mônica Salmaso, Simone Guimarães, Titi Walter, Renato Braz e Renato Motha, que interpretam as composições do músico, que transitam pela MPB com a sofisticação de quem também caminha no campo do Jazz.●

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

● TOQUINHO E IVAN LINS

Data: 15 de março

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: R\$ 250 a R\$ 180 (inteira) e R\$ 125 a R\$ 90 (meia)

Informações:

fcs.mg.gov.br

● ORQUESTRA MINEIRA DE ROCK

Data: 22 de março

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 400 a R\$ 30

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● ORQUESTRA FILARMÔNICA DE MINAS GERAIS (BERLIOZ, MOZART E RACHMANINOV)

Data: 21 e 22 de março

Horário: 20h30

Local: Sala Minas Gerais

Ingressos: R\$ 120 a R\$ 23

Informações:

filarmonica.art.br

● DJAVAN - VESÚVIO

Data: 6 de abril

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 1.120 (mesa 4 lugares), R\$ 960 (mesa 2

lugares) e pista R\$ 120 (inteira) e R\$ 60 (meia)

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

● ZÉ RAMALHO

Data: 13 de abril

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)

Ingressos: R\$ 800 (mesa 4 lugares), R\$ 200 (inteira) e R\$ 100 (meia)

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

TEATRO ADULTO

● GONZAGUINHA - O ETERNO APRENDIZ (MUSICAL)

Data: 29 de março

Horário: 21h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 80 e R\$ 60 (inteira), R\$ 40 e R\$ 30 (meia)

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

● OS GUARDAS DO TAJ

Data: 30 e 31 de março

Horário: 21h e 19h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 60 (inteira) e R\$ 30 (meia)

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

TEATRO INFANTIL

● ENCONTRO DE VILÕES

Data: 17 de março

Horário: 16h

Local: Teatro do Centro Cultural

Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia)

Informações:

centroculturalminastc.com.br

● PETER PAN

Data: 23 e 24 de março

Horário: 16h

Local: Teatro do Centro Cultural

Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia)

Informações:

centroculturalminastc.com.br

● O SÍTIO DO PICA PAU AMARELO

Data: 24 de março

Horário: 16h

Local: Cine Theatro Brasil

Ingressos: R\$ 50 (inteira) e R\$ 25 (meia)

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

PRINCÍPIOS PAMPROCESSUAIS OU METAPROCESSUAIS

CPC brasileiro inovou ao inaugurar disposições, logo no Livro I de sua Parte Geral

AUGUSTO VINÍCIUS FONSECA E SILVA*

A Lei n. 13/5/2015 instituiu o novo Código de Processo Civil do Brasil. Mais do que suceder os Códigos de 1939 e de 1973, o atual CPC brasileiro inovou ao inaugurar suas disposições, logo no Livro I de sua Parte Geral: em um título único, traçou, em rol não-taxativo, as normas fundamentais do processo civil, mais precisamente em seus arts. 1.º a 12.

O ministro Luiz Fux (presidente da Comissão de Juristas criada para elaborar o anteprojeto do NCCP), justificando a adoção de uma principiologia para o novo Estatuto, dissertou: “o exurgimento dos princípios maiores, inseridos na Carta Federal de 1988, introduziu o sistema jurídico brasileiro no positivismo moderno que não mais se reduz a regras legais, senão, e, principalmente, compõe-se de princípios maiores que representam o centro

pelos princípios plasmados no tecido constitucional e ínsitos ao sistema processual como forma de aproximar a decisão da ética e da legitimidade. Em outras palavras, a Comissão preocupou-se em fazer do processo um instrumento de participação democrática, em que o juiz, ouvindo e dialogando com as partes e interessados, promovia uma decisão efetivamente apaziguadora”. [O Novo Processo Civil. In O Novo Processo Civil Brasileiro – Direito em Expectativa (Reflexões acerca do Projeto do novo Código de Processo Civil). Luiz Fux (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2011, pp. 13-14].

O teor de ditas normas, percebemos, é de fundamentalidade ímpar e acaba por vincular todos os ramos de processo e não apenas o civil, sobretudo porque descendem do sobre-princípio constitucional do devido processo legal [CF, art. 5.º, inc. LIV]. Daí

gar o caráter expansivo das normas fundamentais, já que não alvitramos uma aplicação supletiva ou subsidiária daquelas [art. 15 do CPC]. O que defendemos é a tese de que há normas fundamentais no CPC cujo quilate forma uma teoria geral de normas processuais ou aquilo a que Fredie Didier Jr. chamou de Direito Processual Fundamental ou Direito Processual Geral, ou seja, um conjunto de normas processuais fundamentais [princípios e regras] que estrutura e secunda todo o modelo processual brasileiro. [Curso de Direito Processual Civil. 17 ed. Salvador: JusPodivm, 2015, v. 1, p. 61].

Nessa ordem de ideias, por exemplo, a boa-fé objetiva do art. 6.º do CPC estender-se-ia ao processo penal [STJ, HC 339.194], vedando-se, assim, a mentira do réu que, a pretexto de se defender, vale-se da inverdade. Ora, ampla defesa não é defesa ilimitada e o processo, meio estatal de solução de controvérsias, não compactua com mentiras. Se mente o réu, está agindo de má-fé e, portanto, ilicitamente, posto que em abuso do direito de se autodefender [CC, art. 187]. Igualmente e pela mesma ratio, propugnamos incidir no processo penal a litigância de má-fé dos arts. 77 a 81 do CPC c/c art. 3.º do CPP, com o que discorda o STJ [HC 401.965], embora haja julgados de

O que defendemos é a tese de que há normas fundamentais no CPC cujo quilate forma uma teoria geral de normas processuais ou aquilo a que Fredie Didier Jr. chamou de Direito Processual Fundamental ou Direito Processual Geral, ou seja, um conjunto de normas processuais fundamentais [princípios e regras] que estrutura e secunda todo o modelo processual brasileiro”

de gravidade de todo o sistema jurídico. Nesse segmento, destacam-se os princípios da dignidade da pessoa humana, da razoabilidade, da impessoalidade, da eficiência, da duração razoável dos processos, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da efetividade, da tutela específica e tempestiva e do acesso à ordem jurídica justa, dentre outros, à luz da concepção jusfilosófica que os acompanham. O novel código, seguindo a linha exegética da Constituição Federal, erigiu normas in procedendo destinadas aos juízes, sinalizando que toda e qualquer decisão judicial deve perpassar

enxergarmos nela um caráter pamou meta processual, que tem o potencial de se espalhar a todo tipo de processo.

Logicamente, não se pode deixar de observar as peculiaridades de cada ramo, mas também não se pode ignorar o esteio comum a todo processo – entendido como método de trabalho [instrumento ou meio e não um fim em si mesmo] que o Estado põe à disposição das partes para resolver suas controvérsias, com foco na justiça do caso concreto [STJ, REsp 667.002] –, que encontra ressonância em tais normas fundamentais.

Não há que se cogitar de hiato normativo em cada ramo para advo-

2º grau acenando por tal possibilidade [TRF-4 – MS: 24328620134040000, pub. 14/11/2013].

Enfim, a magnitude ínsita a algumas normas fundamentais dos arts. 1º a 12 do CPC faz delas expansíveis a todo tipo de processo, porque decorrencia direta do superprincípio do devido processo constitucional e não se admite processo devido senão à ilharga de seus ditames.●

[*] Juiz de Direito do TJMG; autor do livro *Princípios Pamprocessuais ou Metaprocessuais – Normas fundamentais do CPC: princípios de todo processo* [Editora JusPodivm, 2019].

VIA JUSTIÇA

Direito de Sucessões

Qual é a importância do planejamento sucessório nos dias de hoje? Conversamos com o juiz Bruno Terra Dias, da 1ª Vara de Sucessões e Ausência da Comarca de Belo Horizonte, e a advogada Sofia Miranda Rabelo, 2ª vice-presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG). Veja como é o direito das Sucessões no Brasil e o cotidiano das demandas no Judiciário? [Foto]



Contrato de Imóveis

Com o agravamento da crise e aumento de inadimplência, as cinco maiores instituições financeiras do País retomaram, nesse período, cerca de R\$ 11,5 bilhões em imóveis, desde 2014. Para falar sobre esse assunto, convidamos o desembargador Ronaldo Claret, da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas, e o advogado Marcelo Câmara, especialista em Direito Imobiliário.

Direitos aos alimentos

O programa Via Justiça aborda os tipos de alimentos na conceituação do direito brasileiro. Como o Código Civil define a obrigação alimentar? Nossos convidados são o desembargador Newton Teixeira, da 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e a advogada Juliana Lobato. Qual é o significado jurídico do termo e como o Judiciário dirime os conflitos?

População em situação de rua

Existem cerca de 4.500 pessoas nas ruas de Belo Horizonte. Conversamos com o juiz Sérgio Henrique Cordeiro, da 23ª Vara Cível de Belo Horizonte, e a secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania da Prefeitura da capital, Maíra Colares. Qual é a realidade dessa ocupação hoje em Belo Horizonte? Como ela se manifesta nos centros urbanos?

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]

PENSAMENTO JURÍDICO

Justiça e cidadania

O Pensamento Jurídico destaca o trabalho realizado pelo juiz Anderson Nogueira Alves, diretor do Foro da Comarca de Caratinga, com o objetivo de aproximar o Judiciário da sociedade por meio do livro "A História do Macaco Vermelho". A partir da criação de um personagem de um livro, várias escolas de Minas Gerais têm recebido atividades que promovem a cidadania. [foto]



Tráfico de Drogas

Juristas, parlamentares e até o Superior Tribunal de Justiça defendem atualizar a Lei de Drogas. Quais são os desafios e as dificuldades com relação ao tema? Como alcançar resultados mais satisfatórios? Quando se fala em drogas, é possível discutir mercados legais e regulação? Nossa convidada é a juíza Andréa Cristina de Miranda Costa, da 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de BH.

Reincidência juvenil

Conversamos com a desembargadora Valéria Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG, sobre uma pesquisa inédita que mediu o índice de reincidência entre crianças e adolescentes na criminalidade e o grau de eficiência das unidades socioeducativas. Esses dados podem colaborar para aperfeiçoar o trabalho da Justiça juvenil?

Colaboração premiada

A colaboração premiada é um mecanismo utilizado pela polícia e pelo Ministério Público para obter provas durante uma investigação. Quais são os efeitos que ela causa durante uma investigação? Como esse mecanismo pode colaborar no andamento dos processos judiciais? Conversamos com o desembargador Antônio Carlos Cruvinel, da 3ª Câmara Criminal do Tribunal mineiro!

TV JUSTIÇA Sexta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

Veja o que é essencial antes de investir em fundos

Com diversas modalidades, investimento tem riscos diferentes

Os fundos representam oportunidades de turbinar os ganhos com investimentos. Porém, antes de comprar uma cota em fundo, é importante que o investidor conheça as suas características, pois existem fundos de diversas modalidades, com níveis de risco muito di-

ferentes. quer dizer que, além do prejuízo do capital principal investido, os cotistas do fundo ainda podem ser acionados para colocar mais dinheiro para cobrir o prejuízo.

O regulamento desse fundo traz um artigo com a seguinte informação:

CAPÍTULO VII. DOS RISCOS

Artigo 34. O FUNDO utiliza estratégias e apresenta riscos que podem gerar significativas perdas patrimoniais para o cotista, podendo, ainda, na hipótese de patrimônio líquido negativo do FUNDO, resultar na obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir eventuais prejuízos. Portanto, antes de tomar uma decisão de investimento no FUNDO, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e de seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis no presente Regulamento, no Formulário de Informações Complementares do FUNDO e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir:

ferentes. O mais importante é conhecer as informações do fundo e, principalmente, ler o regulamento antes de aplicar o dinheiro para ter ciência de todos os detalhes envolvidos na operação.

No dia 15 de fevereiro deste ano, uma grande gestora de investimentos sediada em São Paulo fechou todos os seus fundos para resgate por tempo indeterminado. Isso quer dizer que, até nova decisão da gestora, que apresentou prejuízo em todos os seus fundos, nenhum investidor poderá resgatar a totalidade nem parte do montante aplicado.

Nesse caso específico, há uma característica que pode complicar ainda mais a situação dos investidores, pois se trata de uma gestora que opera alavancada e um dos seus fundos, por exemplo, tinha uma rentabilidade acumulada nos últimos 12 meses [até dia 22/2/19] de -118,43%. Isso

Não significa que todas as operações de alavancagem são necessariamente ruins. Muitas vezes, elas são necessárias e bastante comuns. O mais importante é que o investidor conheça as características do investimento que realiza, lendo todas as informações do regulamento e do prospecto antes de aplicar o seu dinheiro.

Outra atitude essencial é conferir a regularidade da instituição na qual ele pretende aplicar seu capital. Como existem boas gestoras de investimentos fora dos grandes bancos, o primeiro passo é conferir se o fundo de investimentos está registrado na Comissão de Valores Mobiliários [CVM]. Isso pode ser feito no site da CVM: <http://bit.ly/2VtBIF5> ou por meio do QR Code ao lado.●



O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Ariane)



Conselho realiza primeira reunião administrativa

Encontro visa ao aprimoramento do plano

Com a atribuição de definir políticas, metas, estratégias e assegurar os direitos dos associados, o Conselho Gestor de Saúde reuniu-se, no dia 14 de janeiro, para deliberar sobre requerimentos de usuários do plano, em reunião conduzida pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e pela vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere Couto.

São pautas permanentes das reuniões do Conselho, a avaliação e busca pelo aprimoramento do plano de saúde, que incluiu questões como fortalecimento das iniciativas de medicina preventiva, ampliação da rede credenciada e o aperfeiçoamento permanente do atendimento aos usuários. ●



Conselheiros reunidos na sede da Amagis Saúde, em Belo Horizonte

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADE	PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
Belo Horizonte	Cirurgia Plástica	Michelly Girundi Ribeiro	Avenida Engenheiro Carlos Goulart, nº 24, sala 702, Buritis	[31] 3370-7745
	Dermatologia	Clínica Lucas Miranda	Avenida do Contorno, nº 4.747, sala 1.101, Funcionários	[31] 3286-0810
	Psicologia	Daniela Ferreira Pinto Queiroz	Rua Desembargador Jorge Fontana, nº 408, sala 405, Belvedere	[31] 99296-4446
Coronel Fabriciano	Cardiologia, Clínica Médica, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Ginecologia e Obstetrícia, Neurologia, Ortopedia, Pediatria, Psiquiatria, Radiologia, Nutrição, Análises Clínicas	Grupo Med - Med Mais Você Saúde	Rua Zacarias Roque, nº 45, Centro	0800 042 4255
Timóteo		Grupo Med - Med Mais Você Saúde	Av. Juscelino Kubitschek, nº 2, Funcionários	



PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
Juíza Flávia Birchall

Conselho Gestor:
Segunda Instância
Geraldo Domingos Coelho
Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Flávia Birchall de Moura
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Guilherme Azeredo Passos
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Fábio Torres de Sousa

Suplentes
Marcos Alberto Ferreira
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Ana Maria de Oliveira Froes
José Maria dos Reis
Suplentes
José Nicolau Masseli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora do Amagis Saúde
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes

Coordenador de Comunicação:
Bruno Contijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Amagis Saúde participa de capacitação da Unidas

Objetivo é buscar melhorias no atendimento aos usuários e fortalecer o plano

Com o objetivo de aprimorar permanentemente a prestação de serviços e o atendimento aos usuários do plano, a Amagis Saúde participou, no dia 12 de fevereiro, do 'Curso de Conformidade ao Padrão TISS e Seus Impactos no IDSS' da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas-MG), tendo sido representada pela Coordenadora do Departamento de Saúde da Associação, Marina Shizuko, atual diretora de treinamento e desenvolvimento da Unidas-MG.

Durante o evento, foi abordada a Troca de Informações na Saúde Suplementar (TISS), que padroniza as ações de avaliação das operadoras de saúde, impactando no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O IDSS observa fatores como o atendimento, as ações de promoção, prevenção e assistência à saúde prestada pelo plano aos seus usuários, ga-



Participantes durante o curso de capacitação promovido pela Unidas

rantia de acesso à rede de prestadores de serviços credenciados, equilíbrio financeiro, cumprimento de obrigações técnicas e cadastrais das operadoras junto à ANS e a satisfação do usuário.

A partir desses critérios, a ANS divulga as notas dos planos de saúde de todo o País, sendo que, nos últimos 10 anos,

a Amagis Saúde tem alcançado os índices máximos da avaliação da agência. As palestras do curso foram realizadas pelo médico Flávio Exterkoetter, analista de sistemas e mestre em Ciências da Computação pela UFSC, e por Tatiana Xavier Gouvêa, Coordenadora Técnica da Rodarte Nogueira. ●

DICAS AMAGIS SAÚDE

Autorização prévia para exames laboratoriais

A realização de alguns exames laboratoriais depende da autorização prévia da Amagis Saúde, que são liberados a partir da observância das Diretrizes de Utilização fixadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Para garantir agilidade no atendimento e evitar eventuais transtornos, caso o exame não tenha cobertura do plano, é importante encaminhar o pedido à Amagis Saúde. Veja abaixo alguns tipos de exames que precisam de autorização prévia para serem realizados.

- | | | |
|---|-------------------------------------|--|
| ● Anticorpo antipeptídeo cíclico citrulinado - IGG [anti-CCP] | ● Hepatite C - Genotipagem | ● ALK - Pesquisa de mutação |
| ● Avidéz de IGG para toxoplasmose | ● HER-2 - dosagem do receptor | ● Aquaporina4 [AqP4] - pesquisa e/ou dosagem |
| ● Citomegalovírus - Qualitativo por PCR | ● HLA B27, Fenotipagem | ● Toxoplasmose - Pesquisa em Líquido Amniótico por PCR |
| ● Fator V Leiden, Análise de Mutação | ● K-RAS | ● Vírus Zika - por PCR |
| ● Galactose-1-Fosfato Uridiltransferase | ● N-RAS | ● Vírus Zika - IGM |
| ● Hepatite B - Teste Quantitativo | ● Protrombina, Pesquisa de Mutação | ● Vírus Zika- IGG |
| | ● Vitamina E, pesquisa e/ou dosagem | |
| | ● Análise molecular de DNA | |

Como obter autorização para esses exames?

A autorização pode ser obtida pessoalmente, no setor de atendimento da Amagis Saúde, na Rua Albita, 194, 6º andar, bairro Cruzeiro[BH/MG], ou pelos e-mails autorizacao@amagis.com.br ou pedido@amagis.com.br. Também é possível fazer a solicitação pelos faxes[31] 3223-3683 ou 3079-3484, sendo necessário, para isso, a apresentação de pedido médico, datado, assinado e carimbado pelo especialista solicitante, com a justificativa da indicação clínica.

Presidente recomenda o uso do check-up

Exames favorecem a qualidade de vida dos juízes

Mesmo com uma série de compromissos, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, que aniversariou em 13 de fevereiro, encontrou espaço na sua agenda para realizar os exames preventivos do programa de Check-up, um presente da Amagis Saúde aos usuários do plano no mês do seu natalício.

O presidente da Amagis reconheceu que os magistrados têm uma rotina muito intensa, mas observou que esse dia a dia não pode impedir que eles consigam um tempo para cuidar da própria saúde. Alberto Diniz destacou ainda que um dos objetivos do programa é, justamente, propiciar uma melhor qualidade de vida aos usuários do plano frente aos desafios diários por eles enfrentados. "A iniciativa da Amagis e Amagis Saúde busca garantir uma qualidade de vida cada vez melhor para os magistrados e seus dependentes.



Alberto Diniz, presidente da Amagis

Cuidar dos associados e seus familiares é nossa principal missão", reafirmou.

Também aniversariante de janeiro, a juíza Eveline Felix, da 7ª Unidade Jurisdicional Cível do Juizado Especial da Comarca de Belo Horizonte, disse que

este ano foi a segunda vez que realizou o check-up oferecido pela Amagis Saúde. De acordo com ela, antes do programa criado pela Associação, nunca havia feito uma bateria de exames tão completa. "Isso mostra a importância de a Amagis ter promovido essa iniciativa e ter trazido esse benefício para todos nós", reconheceu.

Para agendar o check-up, os magistrados que residem em comarcas do interior devem entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone [31] 3079-3499, ramal 3407, ou pelo e-mail checkup@amagis.com.br, para se informar sobre qual credenciado poderá melhor atendê-los. Aqueles que moram em Belo Horizonte podem optar pelo Hospital Mater Dei [[31] 3339-9563] ou a Clínica Check-up Center [[31] 3194-1800].●

Plano tem 87 hospitais conveniados em MG

Com rede indireta, Amagis Saúde tem mais de 900

Entre o final de 2018 e o início deste ano, a Amagis Saúde credenciou em sua rede direta os hospitais Bom Samaritano, de Governador Valadares [Vale do Rio Doce], Uberlândia Medical Center, de Uberlândia [Triângulo Mineiro] e o Mater Dei Betim-Contagem [Grande BH], a fim de ampliar o atendimento aos usuários do plano de saúde da Magistratura mineira.

Atualmente, a Amagis Saúde conta em toda Minas Gerais com 87 hospitais credenciados diretamente ao plano de saúde. Entretanto, esse número pode chegar a mais de 400 unidades, caso sejam considerados os atendimentos feitos por meio do convênio entre a Associação e a Unimed. Esse número chega a 996 hospitais no caso de associados que optaram pelo plano Grupo de Estados, sendo atendidos pelas redes da Cables e Caberj.

Os hospitais credenciados pela Amagis Saúde seguem

todos os padrões de excelência e critérios da Agência Nacional de Saúde Suplementar e, geralmente, como no caso dos hospitais Bom Samaritano e Uberlândia Medical Center, são sugeridos por magistrados que conhecem os serviços prestados nas unidades hospitalares por eles indicados.

No entanto, ao optar pelos prestadores de serviço credenciados diretamente à Amagis Saúde, utilizando a carteirinha do plano, os usuários economizam na realização dos procedimentos médicos, uma vez que ele não precisará pagar a taxa administrativa de 17,7%, que é cobrada quando se utiliza o convênio da Unimed. Já no caso de internações hospitalares, esse valor não é cobrado.

A diretoria da Associação trabalha constantemente para ampliar a rede de credenciados do plano. As sugestões de novos prestadores de serviços podem ser feitas diretamente pelos próprios associados, pelo e-mail credenciamento@amagis.com.br.●